

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

REAJUSTE Gasolina vai subir 12% nas refinarias, informa Petrobras

www.atarde.com.br/economia

ORÇAMENTO Entes federativos deverão tomar medidas de controle de gastos, como suspender o reajuste de salários

Senado aprova projeto que prevê ajuda a estados e municípios e texto vai a sanção

MARCELO BRANDÃO

Agência Brasil, Brasília

O Senado aprovou ontem o projeto de lei (PL) que garante auxílio financeiro para auxiliar os estados, o Distrito Federal e os municípios no combate ao novo coronavírus. O PL tem origem no Senado e voltou a essa Casa após ter sido aprovado pela Câmara com alterações. O relator da matéria, o senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), também presidente da Casa, restituiu alguns critérios aprovados previamente no Senado, mas também acatou sugestões dos deputados.

O texto aprovado segue para sanção presidencial. Ele prevê auxílio financeiro de até R\$ 125 bilhões para estados, municípios e o Distrito Federal. Deste valor, há o repasse de R\$ 60 bilhões, em quatro parcelas mensais, sendo R\$ 10 bilhões reservados ao combate ao covid-19. Os estados e municípios, em contrapartida, deverão tomar medidas de controle de gastos, como suspender o reajuste de salários dos seus servidores.

Além do repasse, estados e municípios terão R\$ 49 bilhões liberados por meio de suspensão e renegociação de dívidas com a União e bancos públicos e mais R\$ 10,6 bilhões em renegociação de empréstimos com organismos internacionais com aval da União. Já os municípios terão a suspensão do pagamento de dívidas previdenciárias que venceriam até o final do ano, e que representam cerca de R\$ 5,6 bilhões para os municípios.

O Senado acatou a inclusão de novos setores que ficarão fora do congelamento de salários de servidores públicos.



Jefferson Rudy / Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, comanda sessão que aprovou ontem a ajuda do governo federal a estados e municípios

“Temos, neste momento, 70 milhões de brasileiros que, direta ou indiretamente, perderam a condição do seu sustento”

DAVI ALCOLUMBRE, senador

Além dos profissionais de saúde, de segurança pública e das Forças Armadas, foram excluídos do congelamento os trabalhadores da educação pública, servidores de carreiras periciais, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, guardas municipais, agentes socioeducativos, profissionais de limpeza urbana, de serviços funerários e de assistência social.

O projeto aprovado também prevê a suspensão dos prazos de validade dos concursos públicos homologa-

dos até o dia 20 de março deste ano. Essa suspensão se manterá até o fim do estado de calamidade pública em vigor no país.

Defesa

Logo no início da sessão, Alcolumbre fez uma fala em que destacou a camada mais pobre do Brasil como a mais prejudicada pelas crises da saúde e econômica e, portanto, mais necessitada desse auxílio. “Temos, neste momento, 70 milhões de brasileiros que, direta ou indiretamente, perderam

a condição do seu sustento. Eles estão hoje se arriscando em uma fila de uma instituição financeira, podem se contaminar com o vírus, para buscar um auxílio emergencial [...] É gente que busca a condição de sobreviver”.

O presidente da Casa também negou ser injusto com o servidor público. “Quando a primeira proposta foi reduzir 25% dos salários dos servidores eu fui contra. Não achei justo com a pessoa que estudou muito para passar num concurso e servir a na-

ção. E tenho que ouvir injustiças de que estou prejudicando o servidor. Eles não terão um centavo de redução. Eles vão contribuir apenas com a suspensão dos reajustes por 18 meses”.

O relator também abordou outro ponto polêmico, o critério de distribuição dos recursos adotado por ele no projeto. Alcolumbre entendeu que distribuir os recursos com base na taxa de incidência de infectados é mais justo com as populações mais fragilizadas.

ESTÍMULO

Em decisão unânime, Copom reduz Selic para 3%

MARJORIE MOURA

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) reduziu ontem, pela sétima vez consecutiva, a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) de 3,75% para 3% ao ano, numa decisão unânime. A adoção da menor taxa da história busca auxiliar no combate à crise trazida pela pandemia do coronavírus. A mudança gera impactos positivos e negativos, como a possibilidade de rever juros de financiamentos e a queda da rentabilidade de grande parte dos investimentos. Mas a redução deve causar impactos menores para a população por causa da Covid-19.

A maioria dos analistas do setor se surpreendeu porque previa um corte de 0,50 p.p., apenas parcela pequena cogitava a possibilidade desta redução maior. A queda da inflação e a redução da taxa de juros nos EUA pesaram na decisão.

O comunicado feito pelo Banco Central destacou ser possível um novo corte de juros em sua próxima reunião, em junho, mas “não maior do que o atual”. Segundo a autoridade, reduzir mais a Selic é uma forma de complementar o grau de es-



José Cruz / Agência Brasil

Maioria dos analistas se surpreendeu com forte redução da Selic adotada pelo BC

tímulo necessário como reação às consequências econômicas da pandemia da Covid-19.

“No entanto, o comitê reconhece que se elevou a variância do seu balanço de riscos e ressalta que novas informações sobre os efeitos da pandemia, assim como uma diminuição das incertezas no âmbito fiscal, serão essenciais para definir seus próximos passos”, ponderou o BC na nota.

Risco

“Geralmente, com a queda de juros estaríamos falando de incentivo ao consumo e

maior acesso a linhas de crédito, mas o momento é de grande risco para as instituições bancárias, com o risco de inadimplência, então isso não deve ocorrer. Outro ponto seria a fuga de investimentos de renda fixa para variável, mas depois dos últimos acontecimentos das bolsas de valores do mundo, fica difícil essa recomendação”, avalia o presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abe-fin), Reinaldo Domingos.

Para o consumidor, uma alternativa para dívidas de médio e longo prazo, como financiamentos de carro ou ca-

sa, são reparações nos contratos, que foram firmados sobre juros maiores. Contudo, como dito antes, será difícil a negociação com os bancos.

Para o presidente da Abe-fin, a alternativa é intensificar o ato de poupar e estudar bem para onde direcionar o dinheiro. Por mais que o rendimento seja baixo, o dinheiro não deve ficar parado na conta corrente, ensina Domingos que é professor de educação financeira. E embora os números apontem a necessidade de cuidados, também devem ser avaliados fatores como impostos e taxas, finalizou.

PNAD

IBGE: 10% mais ricos têm 43,1% de toda a renda

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

Em 2019, o rendimento médio mensal do 1% mais rico da população, que recebia R\$ 28.659, correspondia a 33,7 vezes o rendimento da metade da população mais pobre do Brasil, que ganhava R\$ 850. É o que aponta a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Rendimento de Todas as Fontes 2019, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A massa de rendimento médio mensal real domiciliar per capita alcançou R\$ 294,4 bilhões em 2019. A parcela dos 10% da população com os menores rendimentos detinha 0,8% dessa massa, enquanto que os 10% com os maiores rendimentos concentravam 42,9% em 2019.

A desigualdade fica evidente também no índice de Gini de rendimento médio mensal de todos os trabalhos, que mede a concentração de uma distribuição e que varia de zero (perfeita igualdade) a 1 (desigualdade máxima). O índice de Gini é um instrumento matemático utilizado para medir a desigualdade social.

O índice de Gini do rendimento médio mensal real habitualmente recebido de todos os trabalhos foi de 0,509

em 2019. Entre 2012 e 2015, houve uma tendência de redução deste indicador, passando de 0,508 para 0,494. Segundo o IBGE, a partir de 2016, entretanto, o indicador voltou a aumentar para 0,501, valor no qual se manteve em 2017, chegando a 0,509 nos dois últimos anos da série.

“O Brasil é historicamente conhecido como um país de grande desigualdade social e econômica. A desigualdade continua elevada e o movimento de redução é um processo que leva tempo”, disse a analista do IBGE responsável pela pesquisa, Alessandra Brito.

Desigualdade

Segundo o IBGE, em 2019, permanecem as grandes discrepâncias entre o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas brancas (R\$ 2.999), pardas (R\$ 1.719) e pretas (R\$ 1.673). Também continuam as diferenças de gênero: o rendimento de todos os trabalhos dos homens (R\$ 2.555) é 28,7% mais alto que o das mulheres (R\$ 1.985).

A analista do IBGE destacou que a desigualdade entre homens, mulheres, pessoas brancas, pardas e negras é um fenômeno estrutural do país. “O mercado de trabalho ainda precifica de forma diferente de acordo com as características das pessoas”, afirmou.